

DE PRODUTOR RURAL FAMILIAR A CAMPONÊS. A CATARSE NECESSÁRIA.

Horacio Martins de Carvalho
Curitiba, 26 de fevereiro de 2009.

Sumário

- 1. O agronegócio e a concentração capitalista no campo*
- 2. A busca de uma utopia*
- 3. Da necessidade à liberdade*
- 4. Tornar-se camponês*

[α] Deixar os camponeses no Brasil ao sabor das conciliações negociadas de classe que as iniciativas corporativistas das suas instituições de mediações de interesses, dos programas governamentais de apoio à agricultura familiar e dos auxílios de caridade das organizações sociais tão somente lhes proporcionam, supostamente com a melhor das intenções, é dissipar as esperanças desses camponeses de se tornarem sujeitos sociais ativos na construção de uma contraconsciência à ideologia dominante que lhes permita, por uma práxis social combativa como classe social, enfrentar aqueles que lhe exploram economicamente e lhes subordinam político-ideologicamente: os capitalistas do agronegócio e dos bancos.

1. O agronegócio e a concentração capitalista no campo

Não é simples nem fácil a compreensão, por parte dos produtores rurais familiares, do processo de expansão e concentração capitalista no campo, nem tampouco o significado histórico do surgimento do conceito de agronegócio¹.

A expansão e a globalização do processo de acumulação capitalista no campo em todo o mundo e, em particular, no Brasil, foram acentuadas depois da década de 50 do século passado, e ocorreram através de inúmeras e constantes mudanças nas formas de agir do capital, nos modos como exploraram as demais classes sociais, nas relações dos capitalistas com os Estados nacionais e na natureza da sua internacionalização, sendo que as empresas capitalistas sempre mantiveram constante a busca pela maximização do lucro e a apropriação dos recursos naturais e das terras que eram de seus interesses em todo o mundo.

A ampliação do número de grandes conglomerados transnacionais, e a articulação entre eles em todos os setores da economia e em todos os países do mundo, foi consequência da própria dinâmica intrínseca da reprodução ampliada do capital e da presença crescente do capital financeiro nas empresas que participavam desses conglomerados, propiciando historicamente as condições econômicas, financeiras, políticas e ideológicas para que aproximadamente 500 empresas transnacionais viessem a controlar contemporaneamente a economia mundial, esta cada vez mais internacionalizada.

Para o produtor rural familiar, assim como para a grande parte da população brasileira, as informações que davam conta desse processo de expansão do capitalismo no campo,

¹ Originalmente, desde a década de 60 do século passado, era conhecido pela expressão 'agribusiness', em inglês.

acentuado a partir de meados da década de 60 no Brasil, foram veiculadas pelos grandes meios de comunicação de massa, pelo advento de diversos programas governamentais de modernização e de desenvolvimento rural, pelo corpo a corpo da assistência técnica rural e pelo acesso massivo dos produtores rurais ao crédito rural², simultaneamente com as ações concretas das grandes empresas capitalistas nacionais e estrangeiras, das políticas públicas a elas favoráveis e dos programas governamentais que foram convertendo a agricultura num setor de simples oferta de matérias-primas a partir dos interesses industriais. Essa conversão já havia sido prevista por Karl Marx quando afirmava a tendência da agricultura de se transformar num setor da indústria, processo esse que foi denominado por Silva³, já na década de 90 do século passado, de industrialização da agricultura. O que não havia sido suposto, então, é a hipótese da construção política e ideológica do campesinato como classe social capaz de enfrentar como resistência social e com perspectiva de superação do modelo dominante na agricultura, com o apoio das classes populares urbanas, essa onda social e ambientalmente predatória de homogeneização capitalista no campo.

A denominada 'revolução verde burguesa', iniciada durante a década de 70 do século passado, mas que havia sido preparada pelo Governo Federal do Brasil desde meados da década de 60, e que continua até hoje em dia sob outras designações, foi implantada a partir das iniciativas do Estado Ditatorial Militarista (1964-1984), promotor de programas, normas, leis e da propaganda relacionada com a modernização e o desenvolvimento do campo, iniciativas essas que traziam explícitas no seu âmago os interesses da expansão mundial da acumulação capitalista, já nos moldes oligopolistas e dependentes a partir principalmente dos capitais norte-americanos, europeus e japoneses, e que consolidaram a subordinação da reprodução da agricultura aos interesses do capitalismo industrial e bancário.

"A teoria do agribusiness só pôde formular-se explicitamente quando o capital monopolista transformou radicalmente a agricultura pela supressão de suas peculiaridades e particularidades herdadas de etapas anteriores [à 2ª guerra mundial – nota de HMC] (...)"⁴. "A teoria do Agribusiness nasceu, no início da década de 50, na Universidade de Harvard, no 'Agriculture and Business Program at Harvard Business School' [*Programa de Agricultura e Negócios da Escola de Negócios de Harvard, EUA - nota HMC*] e recebeu sua primeira formulação no famoso: 'A concept of Agribusiness'⁵. "A nova palavra (agribusiness) foi criada para exprimir a estreita interdependência e as múltiplas interrelações da agricultura com os demais segmentos econômicos".⁶

"(...) O corpo teórico e prático formulado pela 'Business Harvard School' [*Escola de Negócios de Harvard – nota HMC*], calibrado para a etapa de expansão monopolista generalizada na agricultura americana a partir da década de 50, começa, a partir principalmente da década de 70, uma vez criadas, em plano mundial, as condições de expansão do capital na agricultura, expresso pelo projeto cognominado de 'Revolução Verde', (...) a expandir-se em plano mundial num jogo conjugado de forças imperialistas como o 'Grupo de Roma', o 'Agribusiness Council', as Fundações ligadas aos grandes conglomerados industriais com pesados interesses na agricultura como a Fundação Ford, Rockefeller, Heinz,

² O crédito rural no Brasil foi instituído pela Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965.

³ Silva, José Graziano da (1996). A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, UNICAMP.

⁴ Belato, Dinarte (1985). *Os camponeses integrados*. Campinas, maio, (dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em História da Universidade Estadual de Campinas), p. 160.

⁵ Davis, John H. e Goldberg, Ray A. *A concept of agribusiness*. Boston, Harvard University, 1957; citado por Belato, Dinarte, op. cit. p. 161

⁶ Davis, John e Goldbeerg, Ray A. op. cit. p. 51, citado por Belato, Dinarte, op. cit. p. 161.

Agnelli, etc., o Banco Mundial, os Bancos Regionais como o BID, ASIAM e African Bank, a FAO, a extinta ICP (Industry Corporation Program), as empresas multinacionais e os programas de desenvolvimento agrícola dos países 'em desenvolvimento', dependentes das forças imperialistas tanto do ponto de vista financeiro, quanto técnico e científico, dependentes, em última instância, dessas forças imperialistas conjugadas."⁷

As propostas governamentais de modernização e de desenvolvimento rurais, desde meados da década de 60 do século passado, omitiam que as suas políticas públicas e os seus programas de ação estavam voltados para os interesses de reprodução ampliada do capital. "A teoria da *modernização*, de inspiração weberiana, surgiu em um momento de expansão capitalista que não mais favorecia uma política colonialista. A difusão do *desenvolvimento* foi o meio de promover o capitalismo. Este modelo, aplicado à agricultura, configura o que denomino de *modernização agrária*."⁸

"Entendo que o *subdesenvolvimento* e o *desenvolvimento* não são estágios de crescimento; decorrem da difusão mundial do capitalismo e de sua lógica imperialista. Portanto, os referidos fenômenos pouco dependem da alocação de recursos, mas do modo como o capital deles se apropria, especializando espaços nacionais e regionais para atender aos seus interesses de acumulação."⁹

Um exemplo dessa abundância de favores e facilidades aos latifundiários, às cooperativas burguesas e aos empresários da agroindústria foi o crédito rural subsidiado. "(...) O crédito rural caracterizou-se, neste período (1966 a 1982), pelo aumento de 500% nos volumes de crédito com taxas de juros negativas em relação à inflação. O objetivo dessa política foi implantar a modernização agrícola conservadora no Brasil, financiando tratores, colheitadeiras, adubos, venenos e sementes híbridas. Porém, não foram os agricultores familiares que acessaram o crédito nesse período. Em 1980, por exemplo, 69% do crédito foi destinado para a Agroindústria e Comércio, 23,2% para as Grandes Cooperativas e 7,8% para os agricultores. Estes agricultores eram os latifundiários e as grandes propriedades capitalistas."¹⁰

A proposta econômica e política de inserção competitiva da denominada "agricultura familiar" nos mercados, no âmbito do que passou a se denominar de cadeias produtivas, a partir da institucionalização em 1995 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), já era uma tese defendida pela Abag, portanto em consonância com os interesses de classe do capital: "(...) nessa época (1994-1995) o mercado já assimilava o conceito de 'Cadeia Produtiva', exhaustivamente divulgada pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que trouxe uma nova visão do mercado do agronegócio no Brasil, inclusive para os agentes financeiros. A cadeia produtiva é composta pelos vários agentes de um segmento econômico e como são 'elos' interdependentes, as políticas e medidas governamentais precisam prever e planejar visando beneficiar todos os agentes da cadeia (...) O Banco do Brasil também tomou decisões importantes, nesse período, que lhe garantiram a posição de liderança no mercado do agronegócio, resgatando uma parceria histórica com o setor (...) As medidas adotadas pelas áreas governamentais, pelo Banco do Brasil e o

⁷ Belato, Dinarte, *ibidem* pp 166-7.

⁸ Martins, Mônica Dias (2008). *Açúcar no sertão: a ofensiva capitalista no nordeste do Brasil*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Banco do Nordeste, p. 20 nota de rodapé 2.

⁹ Martins, Mônica Dias. *Op. cit.* p. 23-4

¹⁰ ASFAGRO. *História do crédito rural na agricultura familiar*. Brasília. in http://www.asfagro.org.br/trabalhos_tecnicos/agricultura_familiar/historia_do_Cr%E9dito_na.pdf; p.1-2.

excelente trabalho das instituições de pesquisa, notadamente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), proporcionaram uma verdadeira revolução no agronegócio brasileiro, tornando-o muito competitivo, mesmo quando comparado às grandes potências mundiais, tradicionais nesse mercado, como os Estados Unidos."¹¹

As mistificações que os programas de modernização e de desenvolvimento rural promoviam (e promovem), em particular quando afirmavam que a denominada "agricultura familiar" só se viabilizaria ao se integrar aos mercados, facilitaram que o crédito rural se transformasse numa ponte econômico-financeira onde de um lado estavam as indústrias produtoras de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, hormônios, herbicidas, medicamentos, desfolhantes, máquinas e implementos, etc.) e de outro lado as indústrias (agroindústrias) compradoras, beneficiadoras e ou industrializadoras dessas matérias-primas da agricultura (leite, aves, suínos, tabaco, soja, milho, etc.). No meio, unindo a oferta de insumos com a compra das matérias primas pelas empresas do agronegócio, estavam os produtores rurais orientados pelo modelo tecnológico disseminado de cima para baixo pelas empresas públicas e privadas de assistência técnica com o suporte técnico-científico da EMPRABA e dos departamentos técnicos das grandes empresas transnacionais de insumos. E, por detrás, mas conduzindo esse processo de modernização da agricultura, os bancos ou, mais genericamente, o capital financeiro.

Do ponto de vista político foi a articulação orgânica (consentida e funcional) entre as ações de domesticação ideológica dos produtores rurais familiares pelas empresas públicas e privadas de assistência técnica, através da elaboração das propostas de acesso ao crédito rural que era oferecida pelo Pronaf, para a adoção do modelo tecnológico dominante, que proporcionou condições objetivas e subjetivas de subalternização desses produtores aos interesses do capital. Sob a tese de que "só o crédito salva" os produtores rurais familiares em situação de baixa renda familiar relativa deixaram de considerar outras hipóteses teórico-práticas passíveis de serem implantadas, como a da autonomia camponesa e a do enfrentamento político e econômico do modelo tecnológico que se impunha ao se acessar o crédito rural subsidiado sob controle governamental.

A generalização dos processos de integração do produtor rural familiar proprietários de terras com as agroindústrias, através de contratos de produção, ainda que em certas atividades esses contratos já ocorressem desde longa data, foi e é um sintoma de que os produtores rurais se encontravam perante impasses econômicos, políticos e ideológicos que os levaram, na maior parte das vezes, a se subordinarem perante as agroindústrias, negando, em nome de uma suposta melhoria da renda agrícola que tal integração lhes proporcionaria, a liberdade de gerir com autonomia familiar os processos de trabalho na sua unidade de produção camponesa.

Ao se integrarem ao capital, desde o momento em que adotaram o modelo tecnológico dominante, foram perdendo gradativamente a capacidade de decidirem como grupo familiar sobre o que, como, onde, quanto, quando produzirem e qual parcela da produção deveria ser destinada para o autoconsumo familiar, e qual deveria ser colocada nos mercados seja como produtos 'in natura', seja como produtos beneficiados. E nesse processo de concessões graduais ao capital foram se alienando política e ideologicamente até alcançarem a alienação das suas terras seja pela realização de contratos de arrendamento para as agroindústria seja pela venda para terceiros. Vivenciando aqui e acolá diferentes formas de aliança econômica

¹¹ Banco do Brasil, Diretoria de Agronegócios (2004). *Evolução histórica do crédito rural*, in Revista de Política Agrícola, ano XIII, nº 4 – out./nov./dez.; pp. 12-3.

com o capital do agronegócio, como a adoção do modelo tecnológico dominante e ou a 'integração' por contrato de produção, os produtores rurais familiares foram perdendo a sua autonomia potencial como camponeses e a possibilidade de desenvolverem a consciência de classe social. Aliaram-se, por conveniência, ao capital, e como subproduto dessa aliança aderiram à ideologia dominante: afirmaram o individualismo e a competição não como outrora se sugeriu ideologicamente serem essas as práticas históricas camponesas, mas porque se percebem como pequeno burgueses que haviam assumido os valores da racionalidade capitalista.

2. A busca de uma utopia

Seja porque é constrangida, pela falta de conhecimento de alternativas, seja porque é pressionada ideologicamente a se relacionar econômica e financeiramente com os capitais, a maior parte dos produtores rurais familiares, nas suas mais distintas autodenominações, identidades sociais e diferentes formas de relações com a natureza¹², tende a se subordinar aos interesses do agronegócio.

Nesse processo histórico que se iniciou em meados da década de 60 do século passado, portanto, há quase 50 anos atrás, os produtores rurais familiares que garantem pela produção agropecuária e florestal, extrativista e ou artesanal a reprodução social de suas famílias e ou grupos domésticos com apenas a força de trabalho direto familiar, têm sido ora subordinados econômica e politicamente às diferentes empresas capitalistas do agronegócio, ora desagregados como produtores rurais por tais empresas que concentram e centralizam a terra. Essas táticas socialmente predadoras das empresas capitalistas no campo variam segundo os critérios que adotam para expropriar a renda agrícola e a mais valia dos produtores rurais familiares. O fato histórico concreto é que esses produtores rurais familiares estão sendo expulsos da terra ou submetidos, pela integração ou pela adoção do modelo de produção e tecnológico dominantes, a um processo clássico de diferenciação do campesinato que se verifica com o respaldo e apoio político e financeiro dos governos nacional e estaduais no país. Os que permanecem na terra se sujeitam a uma condição de pobres laboriosos a serviço direto ou indireto do capital, com as exceções pertinentes.

Essa ação continuada e crescente das empresas do agronegócio de cooptação, de desagregação e ou de expulsão dos produtores rurais familiares da terra não se realiza passivamente. Há uma longa trajetória de lutas sociais contra essa ação do capital (e dos latifundiários tradicionais) que se manifesta nas mais distintas formas de resistência social¹³. A resistência social na terra, a migração para outros sítios menos violentados, a busca incessante de mais e novas terras, seja pelos sem terra nas lutas pela reforma agrária seja pelos próprios produtores rurais familiares que desejam obter outras terras, denotam que os produtores rurais familiares desejam permanecer, produzir e viver na terra e pela terra. Portanto, qualquer processo, seja de natureza econômica ou política, que leve à expulsão dos produtores familiares da terra é uma violência contra essas famílias e uma negação da possibilidade de se implantar novas formas de produzir no campo diferentes daquelas impostas pelas classes dominantes.

¹² Ver Carvalho, Horacio Martins (org.) (2005). O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Vozes, pp. 68-197.

¹³ Ver a publicação da CPT Nacional Conflitos no Campo Brasil. Secretaria Nacional CPT, Goiânia. Publicação anual desde 1984.

A permanência dos produtores rurais familiares na terra, num processo familiar de produção, integrados direta ou indiretamente ao capital, ou vivenciando tentativas de autonomia perante o capital, dá-se porque o objetivo estratégico desses produtores rurais familiares é garantir a reprodução social da família de maneira a que possam, num processo continuado e crescente, melhorar os padrões de qualidade de vida e de trabalho.

A perspectiva de identidade social camponesa como classe social não está explicitamente presente, por vezes pode se manifestar de maneira incipiente ou se apresenta apenas para pequenas parcelas desses produtores rurais familiares. Mesmo que seus desejos sejam comuns, de permanecer ou de conquistar a terra, seja com a posse seja com o domínio, e explorá-la com o trabalho familiar direto sem a introdução da relação social de assalariamento¹⁴, a consciência política e a concepção de mundo são insuficientes para que as suas lutas sociais de resistência se configurem como táticas articuladas com outras ações capazes de acumular forças para se alcançar objetivos estratégicos de superação do capitalismo e para a construção de uma sociedade socialista.

Isso se deve ao predomínio das iniciativas reformistas da maioria das instituições de mediações de interesses dos produtores rurais familiares, seja ela o sindicalismo de trabalhadores rurais sejam as organizações e movimentos sociais populares no campo. Nessas instituições, por inúmeros motivos, a concepção de classe social é frágil, senão inexistente. E, sem dúvida alguma, contribui para isso a reprodução, em maior ou menor intensidade, mas sempre eficiente da onda ideológica que os meios de comunicação de massa, as políticas públicas e os programas governamentais, a propaganda das empresas do agronegócio e a maior parte das confissões religiosas promovem para o ajuste das concepções de mundo populares (o senso comum) às idéias dominantes. Nesse contexto ideológico, a concepção de mundo dominante tende a ser a da classe dominante, ainda que temperada com as lutas sociais de reivindicação e protesto, mas, todas elas tendendo para a conciliação.

A hegemonia burguesa não se limitava e limita aos comportamentos político e social dos membros das classes dominantes. Ela é facilitada pelo desprezo histórico, quem sabe resquícios culturais do escravagismo, de amplas parcelas da intelectualidade brasileira pelos trabalhadores do campo, sejam eles os produtores rurais com terra, os sem terra, os posseiros, os arrendatários, os parceiros, os ribeirinhos, os quilombolas, os assalariados e outros (pequeno comércio e serviços rurais). "(...) A tendência objetiva que tem a transformação social no Brasil de se realizar por meio da 'conciliação pelo alto' marca de vários modos o conteúdo da cultura brasileira. Antes de mais nada, surgem entre nós manifestações explícitas da ideologia 'prussiana'¹⁵, que --- em nome de uma visão abertamente elitista e autoritária --- defendem a exclusão das massas populares de qualquer manifestação ativa nas grandes decisões nacionais (...). Mas o elitismo antipopular não aparece apenas em pensadores autoritários e de direita. A conciliação social e política encontra um reflexo ideológico na tendência de pensamento brasileiro ao ecletismo, ou seja, a conciliação igualmente no plano das idéias. Infiltrações de 'prussianismo' aparecem assim também no nosso pensamento

¹⁴ Neste caso se configuraria efetivamente o caráter pequeno burguês dessa unidade de produção.

¹⁵ Segundo Carlos Nelson Coutinho, "(...) Essa problemática pode ser resumida na idéia de que o processo de modernização econômico-social no Brasil seguiu a 'via prussiana'. Vamos recordar as características centrais do fenômeno: as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população; mas se encaminharam sempre através da conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressava sob a figura política de reformas 'pelo alto' (...)", in Coutinho, Carlos Nelson (2008). *Os efeitos da 'via prussiana' sobre a intelectualidade brasileira. Filosofia e questões teóricas*. Fundação Lauro Campos, 16 de setembro, p. 1

liberal, tornando-o por vezes acentuadamente moderado e mesmo conservador (...). E a tendência ao ecletismo --- à conciliação ideológica ---- não se manifesta apenas nos pensadores liberais moderados. Até mesmo intelectuais progressistas, nada ligados em sua atividade cultural ou política às tendências intimistas¹⁶ e ao espírito de conciliação/cooptação, são pressionados pela situação objetiva a confusas sínteses ecléticas, que minimizam ou danificam seriamente o caráter em última instância progressista da ideologia que professam (...)"¹⁷.

A singela aspiração de se conseguir "dias melhores de bem-estar" para a família e seus descendentes não deve ser considerada apenas como o reflexo dos interesses individualistas dos produtores rurais familiares no campo. Em parte é isso, mas há muito mais que isso. É, sobretudo, consequência direta e histórica do vivenciar situações familiares e de produção onde predominam as inseguranças econômicas, políticas e sociais determinadas pelos interesses de classe das classes dominantes no país, que sempre tiveram na exploração dos produtores rurais familiares (e dos assalariados rurais), na expansão da apropriação privada e na concentração da terra um dos seus principais alicerces para o exercício patrimonialista do poder político e de dominação econômica, sejam esses interesses de classe relacionados com aqueles dos latifundiários sejam com os das grandes empresas capitalistas nacionais e transnacionais.

A isso tudo se deve acrescentar o vivenciar histórico pelos produtores rurais familiares de um vir-a-ser cotidiano marcado pela ação conjugada da violência da ideologia dominante com a violência física, seja esta expressa pela repressão e criminalização de suas instituições de representação por via dos aparelhos policiais dos governos, por setores do poder judiciário ou seja pelas forças privadas de repressão das empresas capitalistas e os latifundiários contra o modo de ser e de viver dos produtores rurais familiares.

A racionalidade da expansão e acumulação capitalistas exigiu a superação da lógica territorial colonial, porque frustra a lógica capitalista. "(...) O acesso a insumos mais baratos é tão importante quanto o acesso aos mercados em ampliação na manutenção de oportunidades lucrativas. A implicação é que os territórios não-capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio (o que poderia ser útil), mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terras de baixo custo e assim adiante. O ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos (...)." ¹⁸

O financiamento e o apoio técnico-político do Banco Mundial, BID, FAO, FIDA e de outras agências multilaterais de financiamento para a realização das reformas estruturais facilitadoras das idéias e práticas neoliberais, assim como o apoio técnico para os programas de desenvolvimento rural no Brasil e em diversas outras partes do mundo denominadas de 'subdesenvolvidas'; a abertura de estradas e obras de infraestrutura viária, os programas de crédito rural, os serviços de assistência técnica, entre tantas outras iniciativas, inclusive os programas governamentais ditos de reforma agrária de mercado, mas que se limitaram e limitam a uma política pública de assentamentos rurais como negócios no campo, são

¹⁶ "Intimismo à sombra do poder", ver Coutinho, Carlos Nelson (1974). O significado de Lima Barreto na Literatura brasileira, in Vários Autores, Realismo e Anti-Realismo na literatura brasileira, Rio de Janeiro, 1974, p. 1-56.

¹⁷ Coutinho, Carlos Nelson (2008), op. cit. p. 3-4

¹⁸ Harvey, David (2005). O novo imperialismo. São Paulo, Edições Loyola, 2ª edição, p.117.

intencionalmente dirigidos para facilitar, via um discurso 'desenvolvimentista', a expansão capitalista nos territórios camponeses.

Isso se dá, por um lado, pela racionalidade capitalista de considerar que a economia dos produtores rurais familiares que utilizam tão somente a força de trabalho direta familiar deve necessariamente se inserir e se transformar em economia capitalista; por outro lado, pela necessidade de transformar qualquer território em espaço de desenvolvimento do capitalismo¹⁹. No caso brasileiro não apenas a economia camponesa, na sua ampla diversidade, mas também os biomas Cerrado, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga, Pantanal, Campos Sulinos e o Costeiro, têm sido objeto de cobiça e de ação predatória capitalista. E as políticas e programas governamentais, em nome do desenvolvimento sustentável e outros modismos conservadores afins, facilitam essa expansão capitalista.

Entretanto, as lutas sociais promovidas por parcelas do que aqui se denomina de campesinato brasileiro, sejam aquelas de resistências ao avanço do capital sejam aquelas de ocupação de latifúndios e de empresas capitalistas com práticas anti-ambientalistas e anti-sociais, são uma evidência política de que a resistência social no campo pode adquirir uma conotação política de caráter anti-capitalista, porém não necessariamente socialista.

Essas lutas sociais de resistência são predominantemente defensivas. Isso significa que a iniciativa da ação ainda é a do capital. O salto qualitativo da luta social de resistência para lutas mais ofensivas contra as mais diversas formas como as empresas capitalistas violentam as classes sociais populares no campo e na cidade, contra a concepção de mundo capitalista e seu modo de produção, demandaria a construção de uma utopia, seja ela expressa num projeto popular para o Brasil ou as linhas gerais estratégicas que indiquem uma nova sociedade socialista no campo que se deseje construir num processo de luta social de classe.

É nesse contexto que a garantia dos territórios camponeses (sempre ressaltando as suas várias autodenominações e diversidade) nas mãos dos camponeses e as áreas de reforma agrária nas mãos dos "assentados" se convertem numa afirmação anti-capitalista, mas não necessariamente numa realização socialista. Esses territórios são conquistas populares que se pautam contra a dominação do modelo econômico burguês e, ao mesmo tempo, espaços de disputa com o capital na sua sanha de imposição da racionalidade e apropriação privada capitalista de todos os territórios. Essa disputa acirrada tende a ser enfraquecida ideologicamente do ponto de vista dos produtores rurais familiares caso se mantenha a insistência da luta na terra objetivar tão somente atender aos seus interesses imediatistas, corporativistas, com caráter de reivindicação e protestos perante os governos, o que facilita as iniciativas políticas de cooptação dos dirigentes populares para o processo de conciliação de classes.

A ausência de uma utopia de caráter socializante e anti-capitalista que nela contemplasse as aspirações dos povos do campo²⁰ e de respeito às formas de convivência entre os mais distintos modos de ser e de viver camponeses, tem facilitado para que a ideologia das classes dominantes se torne hegemônica. Isso não significa que a construção coletiva, rural-urbana, de uma utopia para o campo viesse a contemplar a presença de um

¹⁹ Daí a constante crítica burguesa aos "imensos territórios indígenas", às áreas de preservação ambiental, à água doce e o litoral serem de uso público, etc. porque se encontram fora da racionalidade capitalista da apropriação privada capaz de gerar lucro e poder político.

²⁰ Evidentemente que não somente deles, mas das classes populares urbanas naquilo que podem e devem contribuir para se definir as aspirações de um novo rural.

modo de produção camponês. Poderia, sim, como sugestão, contemplar novas maneiras de se construir uma sociedade no campo plasmada pela diversidade dos interesses populares no campo e que fosse capaz de realizar uma democratização do uso e posse da terra no país, de uma relação homem-natureza mais harmônica e adequada aos interesses coletivos, de garantia da apropriação coletiva e pública dos recursos naturais renováveis e não renováveis e de construção de um Estado popular, entre tantas outras dimensões que comportam uma sociedade socialista.

Pressuporia, portanto, a perspectiva de construção de uma utopia para o campo além das aspirações camponesas, ainda que as contemplassem de maneira privilegiada, mas que afirmasse novas maneiras de produzir, um novo e diversificado modelo de produção e tecnológico²¹ que se mostrasse essencialmente contrário ao modelo econômico dominante.

Enquanto isso, a construção de uma utopia enfrenta os limites da luta social no campo que têm sido, por um lado, as reivindicações com relações aos serviços públicos universais como educação, saúde, previdência, direitos humanos básicos, etc., e por outro lado, a luta pela terra desencadeada em diversos períodos da história do Brasil, mas, persistentemente afirmada a partir da presença e da ação direta de ocupação de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, desde janeiro de 1984, lutas pela terra que, apesar das suas conquistas, não tem conseguido sugerir a construção de uma classe social camponesa capaz de unificar a diversidade dos produtores rurais familiares no país.

A proposta de luta social contra o latifúndio no Brasil sempre se pautou pela idéia da democratização da posse e uso da terra através da realização de uma reforma agrária ampla e massiva. Era, ao menos, até meados da década de 90 do século passado, uma luta contra o latifúndio e pela justiça social no campo. No entanto, essa luta, da maior importância para enfrentar segmentos das classes dominantes como o dos latifundiários, ainda que não enfrentasse diretamente as empresas capitalistas do agronegócio em expansão (como o faz contemporaneamente), não conseguiu aglutinar como classe social os produtores rurais familiares na sua tão ampla diversidade e inserção social como a apresentada pela sociedade brasileira. E, mais, deixou a desejar político-ideologicamente para que os "assentados" nos novos projetos governamentais de reforma agrária se sentissem parte de uma classe social, tal como supostamente a camponesa, pelo fato elementar de que essa premissa teórica estava ausente da pauta política das forças combativas da esquerda brasileira.

A luta social contemporânea dos trabalhadores rurais sem terra e dos "assentados", desde o início deste século, contra o capital, tornou-se uma luta estratégica, ainda que de baixa intensidade, principalmente devido às incertezas políticas de classe do proletariado rural e do urbano com relação às possibilidades efetivas da aliança estratégica operário-camponesa. A essa circunstância se deve acrescentar, como comentado anteriormente, a dificuldade política dos trabalhadores rurais sem terra para aglutinarem as demais frações populares no campo, como os denominados agricultores familiares, os assalariados rurais, os "integrados" e as mais distintas formas como os camponeses se apresentam no país²², desde o sertanejo até o extrativista amazônico e dos cerrados, do ribeirinho ao colono sulista e nas fronteiras agrícolas, das quebradeiras de coco babaçu aos que usufruem dos fundos de pastos, dos quilombolas aos povos indígenas camponeizados.

²¹ Ver, Carvalho, Horacio Martins (1982). Tecnologias socialmente apropriadas: muito além da questão semântica. Londrina, IAPAR, agosto, 29 p.

²² Ver, Carvalho, Horacio Martins (org.) (2005). Op. cit pp. 157 ss

É minha sugestão que essa dificuldade de alianças sociais no campo, ainda que tenha havido diversas tentativas e continuam os esforços para tal, é devida não somente à ausência de uma identidade social de classe entre produtores rurais familiares (assim como entre os assalariados rurais) como ao fato já histórico de que a maior parte das suas instituições de mediações de interesses como os sindicatos de trabalhadores rurais e as organizações e movimentos sociais populares tenderem para a reivindicação e o protesto, portanto, para a conciliação com os interesses de classe das classes dominantes.

Tendo a luta de classes sido considerada como tema ultrapassado por amplas parcelas da 'inteligência' de centro-esquerda no país, passou a vigorar com intensidade, não mais subjetivamente, a tese da conciliação negociada de classes, do "intimismo à sombra do poder", de resolução dos problemas populares a partir do Estado e pelo alto. Conciliação essa que era, e ainda tem sido para parcelas relevantes da minguada esquerda brasileira, a única maneira de se acumular forças para se promover algumas mudanças favoráveis aos interesses populares. Nesse contexto, a suposição de se vislumbrar um camponês relativamente autônomo perante o capital, de um campesinato contemporâneo e deste como classe social, mesmo em formação e plena de contradições internas, se apresentou, ao menos para parte dessa 'inteligência', como um retrocesso político, mesmo que a maioria das lutas sociais no campo tenha demonstrado o seu caráter popular e de massa no enfrentamento do modelo econômico dominante.

Uma utopia possível, não necessariamente restrita aos camponeses, deveria ter como base de referência inicial²³ a massa diversificada de produtores rurais familiares que tem conseguido com a utilização da força de trabalho direta familiar, ainda que com enormes dificuldades, garantir a reprodução social de suas famílias pela produção agropecuária, florestal, extrativista, artesanal e ou de beneficiamento de matérias-primas de origem rural.

Mesmo com tão elevada diversidade de situações no país, esses produtores rurais familiares poderão, e parte considerável já assumiram, a identidade social camponesa, enquanto princípio de unidade de classe, sem com isso deixar de lado suas autodenominações e identidades sociais primárias. Esse poder camponês, possível pela aliança com o proletariado rural e urbano, deveria se afirmar nos territórios camponeses livres da racionalidade capitalista ainda que, contraditoriamente, inseridos numa sociedade de classes sob o domínio capitalista.

3. Da necessidade à liberdade

Não é, aparentemente, de todo difícil aos produtores rurais familiares compreenderem o que lhes falta, ainda que a consciência da ausência de algo, seja de caráter objetivo ou subjetivo, pressuporia a concepção, mesmo que precária ou insuficiente, de um todo desejável que represente subjetivamente um referencial a ser alcançado. Mesmo assim, o grau de desejos e aspirações das pessoas e famílias depende das socializações vivenciadas pelas individualidades, socializações essas que são influenciadas pelos valores do universo familiar, social e cultural em que se desenvolveram tais pessoas, e das relações sociais de produção a que se encontrem submetidas, de maneira voluntária ou involuntária. Enfim, os desejos e as aspirações de cada um depende dos complexos e interagentes fatores e contextos que concorreram para as suas histórias de vida, assim como das decisões entre as opções que se apresentam e que devem enfrentar no seu que-fazer cotidiano.

²³ A utopia, diferentemente do mito, parte de bases empíricas objetivas, mesmo que projete ou suponha situações futuras desejáveis e difíceis de serem alcançadas mantidas as condições presentes.

Como a ideologia da ordem estabelecida tende a ser a ideologia das classes dominantes, é bem provável que esse "todo desejável", em constantes mudanças, reflita os valores dominantes de ganhar mais, de competição, de individualismo, de consumismo e, mesmo, de desperdício como símbolo de fartura. Outros valores éticos, incorporados na concepção de mundo das pessoas e influenciados ora pelas idéias e concepções de contra-hegemonia, ora pelas convicções religiosas nem sempre orgânicas aos valores dominantes, somam-se a esse ecletismo ideológico do senso comum.

O ecletismo ideológico do senso comum facilita que as idéias dominantes se ajustem aos saberes e aspirações populares de forma a viabilizarem, ainda que com contradições secundárias, a afirmação hegemônica das classes dominantes. A negação da ordem estabelecida, ou de partes dela, tende a enfrentar enormes dificuldades ideológicas e políticas sempre e quando essa negação se afirme como a 'negação da negação', ou melhor, a afirmação de uma nova práxis social que se anteponha, na teoria e na prática, à dominante.

"È claro que as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma importante *posição privilegiada* (os grifos estão no original – HMC) em relação a todas as variedades de 'contraconsciência'. Assumindo uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como para com os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. Ao mesmo tempo, visto que se identificam 'interiormente', digamos assim, com os processos contínuos de reprodução socioeconômica e político-ideológica, podem estipular a '*praticabilidade*' como *pré-requisito absoluto* para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social. Assim, não é acidental que as ideologias dominantes insistam nas insuperáveis virtudes do '*pragmatismo*' e da '*engenharia social gradual*', rejeitando (no mais das vezes, pela simples atribuição de um rótulo exorcizante) todas as formas de 'síntese oral' ou de 'holismo' --- isto é, nas palavras autoconfiantes de uma de suas figuras representativas²⁴, qualquer concepção da ordem social '*radicalmente diferente daquela estabelecida*' (...) Além disso, dada sua posição privilegiada na ordem social prevalecente, elas (as ideologias dominantes – HMC) podem ditar as condições e regras gerais do próprio discurso ideológico. Isso acaba trazendo sérias consequências para os intelectuais que tentam articular alguma forma de *contraconsciência*, pois são obrigados a reagir às condições impostas, em um terreno escolhido pelos seus adversários (...)"²⁵

Os produtores rurais familiares que garantem a reprodução social das suas famílias com o produto do trabalho familiar na terra, sem a introdução das relações sociais de produção de assalariamento nas suas unidades de produção, apresentam na sua práxis social, caso assumam a concepção de mundo de classe camponesa (camponês contemporâneo imerso na sociedade capitalista oligopolista e dependente), os componentes econômico, político e ideológico potenciais para a negação objetiva da prática social das empresas capitalistas no campo pela afirmação de uma outra maneira de produzir, de organizar socialmente a produção e de relação com a natureza.

²⁴ Aron, Raymond (1967). *The industrial Society. Three essays on ideology and development*. Nova York, p. 163, citado por Mészáros, István (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo, Editorial Boitempo, p. 233.

²⁵ Mészáros, István (2004). Op. cit p. 233.

Essa possibilidade de um "camponês autônomo"²⁶ perante o modelo de produção dominante no campo²⁷ poderá suscitar uma contraconsciência que se baseie não somente no discurso ideológico contra o capital, mas, também, numa prática que lhe dê substância empírica e permita, no decorrer da resistência social contra as ofensivas do capital, alcançar a compreensão necessária sobre a realidade social da sua existência como família produtora para que se plasmem as condições efetivas de desenvolvimento da sua consciência de classe camponesa.

Nessa perspectiva, é minha sugestão que o campesinato, ainda que permeado por diversas contradições internas, ao se afirmar como camponês nega o capitalismo, mesmo que imerso nele. Daí a sua "autonomia relativa". É uma negação pela práxis da maneira como se dá a sua produção e na possibilidade efetiva, já plena de experiências no país, de construir uma organização social da produção no campo, ainda que vulnerável às ofensivas capitalistas se essa iniciativa for mantida isolada das demais lutas sociais das demais classes sociais populares do país, suficientemente consistente para que se transforme socioeconômica e político-ideológica num caminho capaz de somar forças para a superação da sociedade de classes capitalista e a construção de uma sociedade socialista.

Essa proposição nasce da observação crítica da realidade rural brasileira. Da compreensão pessoal de que mesmo se constatando a enorme diversidade com que se apresentam os milhões de produtores rurais familiares no Brasil²⁸, do universo complexo de seus desejos e aspirações, das suas próprias autodenominações, de seus modos de se relacionar com a natureza, com a sua comunidade ou com os grupos de vizinhança, das maneiras como estabelecem relações diretas ou indiretas com o capital, esses produtores rurais familiares, com as exceções normais, não possuem outra perspectiva de futuro diferente daquela que lhe é oferecida, através dos mais diversos meios de comunicação, pela institucionalidade orgânica aos interesses das classes dominantes que se resume em se tornarem pequenos burgueses rurais, se integrarem ao agronegócio ou abandonarem as suas terras para as empresas capitalistas.

A própria concepção instituída pelos programas governamentais destinados a promoverem a agricultura familiar tem como pressuposto a necessidade objetiva desses produtores rurais familiares se inserirem nos mercados da cadeia produtiva alimentar após adotarem o modelo tecnológico induzido de cima para baixo pelas empresas do agronegócio. Isso significa que haverá 'naturalmente' uma seletividade desses produtores rurais familiares nesse processo competitivo capitalista, onde os mais aptos permanecerão com os seus negócios devido a uma suposta capacidade de competirem nos mercados controlados pelos oligopólios das empresas transnacionais. Como alternativa para os demais produtores rurais familiares está a possibilidade de se integrarem ao agronegócio ou, então, deverão ceder (perder) as suas terras para as empresas capitalistas e se proletarizarem.

²⁶ Capaz de obter a renda agrícola familiar necessária para garantir a reprodução social da família com o trabalho familiar tão somente, este potencializado por um desenvolvimento das forças produtivas que lhe permita aumentar a produtividade do solo e do trabalho com tecnologias que lhe sejam socialmente apropriadas, com o incremento de diversas formas de cooperação, enfim, com uma práxis social que se revele como uma possibilidade de negação da empresa capitalista no campo.

²⁷ Tendo o lucro como eixo central da racionalidade capitalista, portanto, o assalariamento, a escala de produção pela concentração da terra e o monocultivo, o produtivismo incessante e o desprezo com relação às pessoas e ao meio ambiente.

²⁸ Aqui se contemplando os produtores rurais familiares dos assentamentos de reforma agrária, dos projetos de colonização conduzidos pelos governos e pela iniciativa privada.

Essa diferenciação dos produtores rurais familiares é imposta pela própria dinâmica de reprodução ampliada do capital, mas, também, pela 'acumulação via a espoliação': "(...) Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação (...) Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. As ênfases nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado acordo TRIPS) apontam para as maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais (...) A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (...) A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar toda a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo o gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de 'expropriação de terras comuns' (...)".²⁹

O enfrentamento dessa onda de acumulação via espoliação (além da acumulação de capital pela expropriação da mais-valia), que já está desagregando e expulsando do campo os produtores rurais familiares, requer mais do que uma concepção de mundo distinta da dominante. É necessário e indispensável que as idéias que constituam essa nova concepção de mundo (ou parte dela) se materializem no sentido de se fazerem presentes na práxis social, no caso, camponesa. Não é suficiente negar o capital e o capitalismo. Torna-se necessário que se construam, na medida do possível, esboços de uma nova ordem. E, nessa perspectiva, o campesinato, como sujeito da produção no campo que tem acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, poderá, sem expropriar diretamente o trabalho assalariado, conjugar uma práxis de negação da empresa capitalista com a afirmação de outras formas de produzir, de cooperar e de se relacionar com a sociedade e a natureza. "(...) Nenhuma força social pode apresentar suas reivindicações como uma *alternativa hegemônica* sem indicar, pelo menos em linhas gerais, a dimensão positiva e afirmativa da sua negação radical."³⁰

É nesse movimento afirmativo de uma proposição sobre uma nova forma de produzir que se combinam as iniciativas de respostas à imediatez das demandas econômicas e sociais camponesas com a sua perspectiva estratégica de transformação do mundo.

A consciência crítica da práxis social presente, e historicamente determinada, não é fácil de desenvolver. O desvendamento dos processos de exploração dos produtores rurais familiares pelo capital, nas suas mais distintas formas (financeira, industrial, comercial, agrária e serviços), não se resume apenas ao comportamento dos preços praticados nos mercados, seja o de insumos e serviços, seja o de produtos. A percepção crítica da ação integrada das dimensões econômica, política e ideológica que se fazem presentes para exploração dos produtores rurais familiares pelo capital requer mais do que a consciência da situação imediata das possibilidades ou impedimentos para a solução das suas necessidades individuais. Exigirá o desenvolver de uma consciência crítica mais ampla capaz de perceber que essa exploração dos produtores rurais familiares pelo capital não se dá na sociedade

²⁹ Harvey, David (2005), op. cit. p.122-3.

³⁰ Mészáros, Istvan (2004), op. cit. p. 328.

capitalista de maneira ocasional ou episódica, mas como base da lógica do próprio modo capitalista de produção. Isso significa, portanto, ultrapassar a compreensão crítica do momento econômico imediato de cada produtor, para se alcançar o conhecimento da exploração de classe do trabalho pelo capital.

Ora, a consciência política e social da presença, numa sociedade dada, de classes sociais dialeticamente articuladas e antagônicas entre si não significa que a partir dessa compreensão os produtores rurais familiares darão um passo para superar o antagonismo de classes em que se encontram no sentido de enfrentar o capital ou a empresa capitalista do agronegócio que lhes explora e subordina, tendo em vista as limitações políticas e ideológicas (suas impotências) que cada produtor sente e que na maior parte das vezes lhes são inculcadas pela ideologia e a repressão política e militar dominantes.

Para ir além dessa compreensão política da exploração social é que a consciência social de classe torna-se indispensável, no sentido de que as lutas de resistência social não se limitem à reivindicação e ao protesto. Mesmo que os produtores rurais familiares tenham consciência da outra classe social que lhe explora, essa percepção numa primeira instância (sentir-se explorado e compreender os mecanismos da exploração) deve alcançar uma instância mais ampla de sentir-se explorado como parte de uma classe social, e que suas lutas sociais só poderão superar esse processo de exploração na luta mais ampla da classe social a que pertence.

Essa compreensão mais geral da relação de classes sociais em contradição na sociedade capitalista raramente é alcançada no âmbito do senso comum. Quase sempre um esforço intelectual adicional, seja pela reflexão e estudo crítico em grupos seja pela formação política sistemática, com a contribuição de apoios 'externos' aos próprios produtores rurais familiares, tende a se tornar oportuno e necessário. Nessas ocasiões os intelectuais e os dirigentes devem desempenhar um papel político e ideológico importante para que "(...) o problema da práxis se situe também em um terreno propriamente humano e assim chegue --- com Marx e Engels --- a uma concepção do homem como ser ativo e criador, *prático*, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também em sua prática, realmente. Com isso, por sua vez, a transformação da natureza não só não aparece dissociada da transformação do próprio homem, mas sim como condição necessária desta. A produção --- isto é, a práxis material produtiva --- não só é fundamento do domínio dos homens sobre a natureza, como também do domínio sobre sua própria natureza. Produção e sociedade, ou produção e história, forma uma unidade indissolúvel."³¹

No entanto, a diversidade de situações e de autodenominações (identidades sociais) que os produtores rurais familiares (amplo senso) se encontram no país induz as suas lutas sociais de resistência para os limites das lutas corporativistas que, mesmo sendo necessárias para dar conta da imediatividade das suas necessidades, são, porém, insuficientes para dar conta da exploração e subalternidade política e ideológica a que se submetem perante as classes dominantes.

É nessa perspectiva que a idéia geral de camponês e de campesinato poderá, enquanto conceitos políticos a serem alcançados, contribuir de maneira fundamental para a construção da unidade política de classe dos aqui denominados, amplo senso, de produtores rurais familiares que não incorporaram a relação social de assalariamento nas suas unidades de

³¹ Vásquez, Adolfo Sánchez (2007). *Filosofia da práxis*. Coleção Pensamento Social Latino-americano. 1ª ed. Buenos Aires, CLACSO; São Paulo, Expressão Popular. p. 51

produção. E mais, as noções de autonomia e acumulação camponesas, de controle familiar dos processos de trabalho, de outro modelo tecnológico, de outra relação com a natureza e com a sociedade, etc. aliadas à percepção de que as empresas capitalistas do agronegócio e os bancos lhes são estruturalmente antagônicos, contribuirão para a construção da unidade de classe da diversidade camponesa no Brasil.

Tudo leva a crer que a construção do campesinato como classe social propiciará condições econômicas, políticas e ideológicas para a passagem, no nível da consciência política de classe, da consciência social das necessidades para a consciência social da liberdade. É a esse processo, assim o suponho, que Gramsci denominou de 'catarse'.

Como analisa Carlos Nelson Coutinho³² "(...) Para compreender isso (*em Gramsci, ou seja, superar o economicismo sem se tornar politicista – HMC*), é preciso antes de mais nada entender o que Gramsci pretende com o conceito de 'política'. Gramsci usa esse conceito em dois sentidos, que poderíamos chamar de 'amplo' e de 'restrito'. Em sua acepção ampla, o político identifica-se praticamente com a liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos (passividade e manipulação que caracterizam boa parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas³³. E, segundo essa acepção, é justo dizer com Gramsci --- pois isso corresponde a um fato ontológico real --- que todas as esferas do ser social são atravessadas pela política, contém política como elemento real ou potencial ineliminável. Poderemos compreender isso melhor se observarmos que, nessa acepção ampla, política em Gramsci é sinônimo de 'catarse'. *Pode-se empregar o termo 'catarse' --- diz ele (Gramsci - CNC) --- para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do 'objetivo' ao 'subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.*³⁴ Temos aqui, claramente esboçado, o momento do salto entre determinismo econômico e a liberdade política. Um exemplo de 'catarse' seria o processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos imediatos e se eleva a uma dimensão universal, 'capaz de gerar novas iniciativas'".

4. Tornar-se camponês

Os movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo poderiam contribuir das mais distintas maneiras, e segundo as suas possibilidades e convicções, para que os produtores rurais familiares pudessem realizar na medida direta das suas circunstâncias a catarse necessária para se tornarem camponeses, e se assumirem como campesinato enquanto classe social. Isso requereria que primeiramente essas mediações de representação de interesses populares no campo superassem, elas próprias, a tendência dominante de se afirmarem tão somente no plano das lutas sociais táticas de caráter corporativista (mesmo que

³² Coutinho, Carlos Nelson (1988). Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, pp. 52-53.

³³ "Em sua acepção 'restrita', por sua vez, o conceito de política em Gramsci aparece em seu sentido habitual, isto é, como o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre os governantes e governados (...)", in Coutinho, Carlos Nelson (1988). Op. cit. p.54

³⁴ Gramsci, Quaderni del Carcere, edição crítica de Valentino Gerratana, Turim, Einaudi, 1975, 4 vols., p. 1244. Citado por Coutinho, Carlos Nelson (1988), op. cit. p. 53

exibam um discurso estratégico de mudanças sociais). Uma das principais causas dessa tendência corporativista é devida ao ecletismo ideológico de parcela de seus dirigentes que os induz a um intimismo com o poder ao suporem que os governos devem equacionar as dificuldades dos mais pobres, mesmo que tais governos sejam orgânicos aos interesses de classe das classes dominantes.

Diversos dirigentes de movimentos e organizações populares no campo transitam por um populismo que confunde politicamente os camponeses. Estes, ao serem imediatista e buscarem remediar as suas necessidades sem, para tanto, enfrentarem as causas que determinam a sua situação de pobreza ou de necessidades crônicas, é deveras compreensível, ainda que não justificável politicamente. Todavia, o que se espera numa sociedade de classes é que os movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo possam, enquanto mediação na representação dos interesses camponeses, conjugar minimamente as ações táticas com as estratégicas.

Isso, no entanto, não tem ocorrido. Uma das causas é a dependência que estabelecem dos recursos de origem governamental e ou de organizações não governamentais que centram as suas atividades no amplo campo da caridade. Esse tipo de dependência induz, direta ou indiretamente, a maior parte dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares para o leito da conciliação econômica e política de classes.

A luta pela terra no âmbito das lutas mais gerais pela reforma agrária ampla e massiva contra o latifúndio tradicional e contra as empresas capitalistas que controlam as terras e os recursos naturais renováveis e os não renováveis no campo (biomas e subsolo) ao conquistarem a terra e conseguirem a constituição de assentamentos de reforma agrária tem dado um passo importante no acúmulo de forças estratégicas para se superar o controle capitalista da terra e, ao mesmo tempo, ensaiando a negação do modo de produção capitalista no campo.

Todavia, apesar dessas lutas pela terra terem dado um grande salto na qualidade da luta social no campo, esse esforço ainda tem sido insuficiente para a construção de novas formas de se produzir que sejam capazes de sugerir tais experiências para os demais produtores rurais familiares do país, como exemplos que enfatizem uma relação de convivência harmoniosa com a natureza, a oferta de insumos e produtos adequados do ponto de vista ecológico, a relação social de solidariedade socialista entre os próprios produtores rurais familiares com as demais classes sociais populares do campo e da cidade e a busca da construção de poder político que afirme os interesses de classe das classes populares na dinâmica histórica de superação das classes sociais no país.

Tudo leva a crer que a insuficiência das iniciativas para a construção da unidade de classe entre os produtores rurais familiares no país, e respeitadas as idiosincrasias da diversidade de situações e contextos, se deve a um círculo vicioso na formulação das proposições estratégicas para dar conta dessa idéia na medida direta em que supostamente deixou de contemplar alguns elementos fundamentais. Entre essas 'ausências' se pode destacar, por exemplo, a não formulação da hipótese de se construir de uma utopia para o campo; a precariedade das bases conceituais para se estabelecer a unidade entre os produtores rurais familiares tendo em vista a omissão sobre a possibilidade da construção da classe social camponesa; a insuficiência no desenvolvimento de idéias que facilitem a compreensão, pelos camponeses, das noções de campesinato autônomo, acumulação camponesa, camponês como classe social em construção; e a formulação dialética das classes sociais em contradição no

campo, para que as lutas sociais contra os que exploram e subjagam os camponeses não apareçam a eles, pela insuficiente compreensão dos interesses de classes em contradição, como luta contra pessoas e empresas.

Ora, esse desafio parte do pressuposto político de que os produtores rurais familiares poderão se constituir como classe social. E, para tal, é indispensável uma concepção de mundo que os unifique. E essa concepção é, na conjuntura contemporânea brasileira, a de camponês autônomo (perante o capital e os capitalistas) e a de campesinato como classe social.

Os produtores rurais familiares para superarem o momento meramente egoístico-passional (momento da necessidade) e alcançarem o momento ético-político (momento da liberdade) necessitariam estabelecer com as suas mediações de representação de interesses uma fricção dialética de questionamentos e debates internos para que os próprios dirigentes vivenciassem suas próprias catarses e alcançassem, na práxis social das mediações de interesses, a perspectiva de se construir um campesinato como classe social, sabendo-se desde logo que uma classe social se constitui na dinâmica da luta de classes. Se perdurar a tendência atual de conciliação com o agronegócio, de facilitar a relação de articulação dependente do produtor rural familiar com as empresas capitalistas da agroindústria e insistirem na ilusão pequeno-burguesa de que os governos da ordem é quem deverão solucionar as causas da pobreza, tudo leva a crer que deverá perdurar o corporativismo e se incrementar a desagregação dos produtores rurais familiares no país.

Entretanto, é de se supor que grande parte dos produtores rurais familiares, esparramados pelos mais distintos rincões do país, já se sintam "camponeses", ainda que a ideologia dominante afaste deles essa idéia que é considerada, equivocadamente por amplas parcelas dos movimentos e das organizações sociais e sindicais populares no campo, das igrejas e da intelectualidade de centro-esquerda, como a expressão contemporânea dos "pobres do campo", logo, de carentes. Esta perspectiva, que se faz discriminatória pela omissão dos seus potenciais de luta e de enfrentamento daqueles que lhe exploram, nega a possibilidade efetiva do produtor rural familiar se tornar sujeito social ativo e criador "capaz de transformar o mundo não só na sua consciência, mas também na sua prática social". Essa ideologia dos "pobres do campo" condena 'a priori' os camponeses a se manterem subalternos e explorados pelas classes dominantes, mesmo se esvaindo nas suas lutas táticas de resistência social e de reivindicação sem uma estratégia de superação dos seus inimigos de classe, perspectiva essa que do ponto de vista histórico apenas os conduzem à armadilha da conciliação de classe em nome dos benefícios corporativos que poderão alcançar pelas ações imediatas.

Não é a diversidade das auto-identidades sociais hoje constatadas no país com relação aos produtores rurais familiares que o tornam ou não camponeses. Mas, sim, a concepção de mundo e de prática social que vivenciam: sua práxis social. Se, porventura, já introduziram a relação social de assalariamento na sua unidade de produção, tudo leva a crer, por mais justificadas que sejam as razões para tal, que seu comportamento político e ideológico os afirmará como pequena burguesia agrária, uma fração da classe social burguesia agrária. Se, por outro lado, ainda que se identifique como produtor rural familiar e mantenha a posse da terra, mas o rendimento líquido da família depende predominantemente da venda da força de trabalho da maior parte dos membros da família como assalariados, tudo leva a crer que essa

família tenderá para um comportamento político e ideológico similar ao do proletariado rural e urbano.³⁵

Não há nenhuma dúvida de minha parte de que qualquer classificação que enseje dar conta da ampla gama de situações objetivas e subjetivas que identifiquem os produtores rurais no país numa ou noutra fração de classe social será sempre insatisfatória. Por esse motivo, entre outros, é que a afirmação do 'ser camponês' deve se construir a partir de elementos positivos. Também não pressupõe que um produtor rural familiar numa inserção política e ideológica dada num determinado momento não possa adiante mudar a sua consciência política e ideológica e assumir uma posição de classe camponesa.

"Entende-se por camponesas aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural --- extrativista, agrícola e não-agrícola --- desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação. Tal noção herda de Chayanov a ênfase na centralidade das necessidades reprodutivas da família no processo decisório da 'empresa camponesa', que, assim, constitui uma unidade — reforce-se, indissociável — entre esfera de produção e esfera de consumo. Assume integralmente, ademais, as conseqüências lógicas e teóricas de tal ênfase (...) As unidades de produção camponesas são estruturas distintas dos empreendimentos capitalistas porque centradas na reprodução dos seus trabalhadores diretos. Todavia, enfatize-se que elas reproduzem sua especificidade na realidade social do capitalismo, dado que, aqui como alhures, campesinato supõe mercado (...) a nossa proposição de centralidade da reprodução na percepção da especificidade camponesa permite diferenciar de *forma vigorosa* a unidade camponesa de outras estruturas presentes no agrário das sociedades capitalistas, em particular da empresa capitalista. Empresas capitalistas supõem a *centralidade do lucro* como fundamento da racionalidade decisória de seus componentes (...)." ³⁶

Tudo leva a crer que o fundamental nesse processo aqui sugerido de catarse necessária para que o produtor rural familiar se torne econômica, político e ideologicamente um camponês é a sua práxis social, na qual prevaleça a intenção política de se tornar um camponês autônomo perante o capital, ainda que imerso numa sociedade capitalista. Isso quer significar que é plenamente factível se adotar um outro modelo de produção e tecnológico que lhe permita: a) reduzir drasticamente --- e no limite, negar a dependência do camponês com relação à aquisição da maior parte dos insumos correntes das empresas do agronegócio; b) garantir a capacidade de decisão interna familiar na sua unidade de produção e o controle efetivo sobre seus processos de trabalho, sendo que na atualidade o centro de decisão se deslocou para fora da unidade de produção familiar devido ao modelo tecnológico adotado e aos vários tipos de contratos de produção estabelecidos com as empresas capitalistas; c) eliminar a dependência político-ideológica do crédito rural pela aceitação da ideologia dominante de que "só o crédito salva", e, enfim, mas não finalmente, d) superar a dependência perante as políticas e programas governamentais.

³⁵ Consultar os textos:

- Carvalho, Horacio Martins (2006). As classes sociais no campo no Brasil. Curitiba, nov., mimeo 48 p.;

- _____ (2007). O campesinato na dinâmica contraditória das classes sociais no campo. Curitiba, janeiro, mimeo, 29 p.

³⁶ Costa, Francisco Assis (2000). Formação Agropecuária da Amazônia. Os desafios do desenvolvimento sustentável. NAEA, UFPA, Belém. p. 116. Consultar, em especial, o Capítulo 4. Uma proposição teórica para a investigação da economia camponesa na Amazônia, op. cit. pp. 116-130.

Não será suficiente, todavia, no universo camponês, apenas a mudança no modelo de produção e tecnológico. É indispensável, igualmente, que haja uma conversão nos hábitos de consumo familiar, hoje tendencialmente voltados para a reprodução dos hábitos da classe média urbana que adquirem nos supermercados todos os itens da sua dieta alimentar. Nesse sentido os hábitos de produção e os hábitos de consumo familiar devem estar em sintonia.

O que se busca, de fato, no nível das famílias camponesas, ao se lutar pela construção de uma sociedade no campo mais igualitária, mais justa e socialista? Uma melhor qualidade de vida (material, emocional e intelectual) e de trabalho (cooperativo, criativo e solidário), implicando nessa melhor qualidade de vida e de trabalho a afirmação de um processo constante de libertação em todas as dimensões da vida (desde a artística até a científica, no indivíduo e no coletivo, na família e no Estado...) de relação harmoniosa com a natureza, de supressão de qualquer forma de exploração entre as pessoas, de prevalência dos interesses coletivos sobre os privados, sem que essas mudanças sociais deixem de respeitar e valorizar as individualidades.

Para que essas novas dimensões da vida possam se concretizar, sem com isso se esgotar as buscas incessantes de libertação nas mais íntimas dimensões da vida pessoal e social, numa utopia ainda tímida e em construção, é indispensável a superação das classes sociais no campo (e na cidade), da propriedade privada na produção e a construção de um Estado sob o poder coletivo popular capaz de gradativamente ir se superando a si próprio.

A racionalidade camponesa tem como centralidade a garantia da reprodução social da família de maneira continuada e crescente para concretizar, dadas as condições objetivas e subjetivas da sociedade onde se insere, um padrão desejável de qualidade de vida e de trabalho socialmente construída. Diferentemente, a lógica capitalista é centrada no lucro, para cuja obtenção é imprescindível a exploração constante e cada vez mais intensa dos trabalhadores e a realização permanente de acumulação, da acumulação capitalista, esta acrescida da acumulação via espoliação.³⁷

A construção da autonomia camponesa perante as classes dominantes deverá se verificar não somente perante o capital e os capitalistas, mas, também, perante os governos burgueses. Será na cooperação entre os próprios camponeses e destes com as demais classes populares rurais e urbanas que se afirmará o camponês como classe social, caminho indispensável para que a autonomia camponesa seja garantida.

Com isso desejo sugerir que é possível ao camponês, tendo em vista que tem acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta e conta com a força de trabalho familiar como trabalhadores diretos (na sua ampla diversidade de situações), dar conta não somente de garantir a reprodução social de suas famílias como, também, ser capaz de propiciar a oferta de alimentos e de matérias-primas para a sociedade brasileira e para a exportação que se fizer necessária.

Essa oferta de alimentos, de matérias-primas e de produtos beneficiados pelo campesinato, nela se contemplando o autoconsumo de parte da sua demanda de alimentos e a venda de seus produtos e subprodutos nos mercados, será contemporaneamente factível pela potencialização das forças produtivas com o aumento da produtividade dos solos e do trabalho. Essa melhoria da produtividade da unidade de produção camponesa pode se

³⁷ Harvey, David (2005), op. cit. pp. 115-148.

concretizar ao adotarem tecnologias social e ecologicamente apropriadas³⁸, a motomecanização pertinente ao campesinato, o beneficiamento de produtos e subprodutos de consentâneos com a sua concepção de mundo camponesa e uma gestão dos processos de trabalho que afirmem a sua autonomia. E, ademais, pela práxis social camponesa, oferecer à sociedade brasileira novas formas de produzir no campo que neguem a racionalidade (do lucro) das empresas do agronegócio.

Há, no entanto, um esforço indispensável a ser realizado para que os produtores rurais familiares avancem no processo de se tornarem, do ponto de vista político-ideológico, camponeses: a motivação política e cultural para alterarem os hábitos de consumo alimentar que vem adotando na família e que vem reproduzindo no campo no que se refere à dieta alimentar a prática de adquirirem nos mercados seus alimentos básicos³⁹. Ora, os camponeses como produtores de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal devem, antes de tudo, garantir a maior parte dos alimentos necessários para a sua dieta alimentar. A soberania alimentar desejável para os povos deve começar pela casa camponesa. Abdicar dessa condição é aceitar a imposição do agronegócio de que os alimentos devem ser sempre industrializados, artificializados e com um paladar que seja conveniente ao consumo de massa na medida direta em que maximize o lucro das empresas de alimentos do agronegócio. E mais, a introdução na família camponesa dos alimentos industrializados⁴⁰ reflete o declínio da auto-estima do camponês no valorizar os alimentos 'in natura' ou beneficiados segundo a experiência familiar, comunitária e ou cultural da própria região onde vive⁴¹, portanto, um elemento que contribui para ampliar a fragilidade ideológica camponesa perante a ideologia consumista dominante.

A mudança que vem se verificando nas últimas décadas nos hábitos alimentares dos camponeses se deve, antes de tudo, à incorporação nas concepções do senso comum de elementos da ideologia dominante entre os quais a idéia de que "tudo que vem da indústria é bom". A intensa propaganda e o encantamento que as embalagens promovem dos produtos industrializados e artificializados fazem com que os camponeses se sintam pouco à vontade para defenderem os seus valores entre os quais a prática da mesa farta com produtos da própria roça.

Como impera o economicismo no ambiente político-ideológico da maior parte dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo, a dimensão social, comunitária, cultural, familiar, territorial e histórica fica relegada, ou mesmo negada pela omissão continuada, porque tudo leva a crer nada teria a contribuir para a explicação da vida econômica dos produtores rurais familiares tendo em vista que a gestão da unidade de produção segue os referenciais burgueses de produção onde a lógica é centrada no lucro.

³⁸ Carvalho, Horacio Martins (1982). Op. cit.

³⁹ Informações complementares sobre o tema, consultar:

- Carvalho, Horacio Martins (2000). A crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares: possibilidades de superação. Curitiba, setembro, mimeo, 5 p.;

- _____ (2000). Causas estruturais da crise de identidade dos pequenos produtores rurais familiares. Curitiba, novembro, mimeo, 8 p.;

- _____ (2002). Comunidade de resistência e de superação. Curitiba, fevereiro, mimeo 18 p.

⁴⁰ Sem que isso possa significar a negação da possibilidade de diversificação da dieta alimentar no campo. Enfatiza isso sim que a maior parte dos alimentos consumidos na mesa camponesa deve ser oriunda da própria unidade de produção camponesa.

⁴¹ A partir dos saberes camponeses aprimorados criticamente com as inovações técnico-científica alcançadas pelas instituições de pesquisa e incorporando, também, criticamente, as experiências alimentares das famílias urbanas.

Um aspecto que contribui para a adoção dos hábitos de consumo das classes médias urbanas pelo campesinato é o argumento de que produzir alimentos para o autoconsumo requer o dispêndio de muita força de trabalho para atividades, em geral, penosas. Sem dúvida que o trabalho penoso tem sido um dos motivos que induzem os jovens a deixarem a unidade de produção camponesa. E seria insensato sugerir que o trabalho penoso seria uma referência do "indivíduo trabalhador", como sugere algumas correntes da ideologia da punição. O trabalho penoso deveria ser substituído por procedimentos que valorizassem e potencializassem a força de trabalho familiar para se obter, com menor esforço, o mesmo ou mais produto do que se obtinha com os procedimentos penosos anteriores.

As dificuldades para a redução do trabalho penoso têm sido reputadas, antes de tudo, à baixa renda agrícola familiar líquida auferida pelos camponeses, o que lhes impede de destinar parte dessa renda para o aumento da produtividade do trabalho, em particular pela motomecanização. E por que a renda agrícola familiar tem sido insuficiente para atender às demandas da reprodução social da família e, no caso, de redução da penosidade do trabalho? Porque os camponeses são explorados, sob distintas maneiras, principalmente pelas empresas capitalistas do agronegócio e pelos bancos.

A ideologia dominante insinua que a precariedade do desenvolvimento das forças produtivas camponesas se deve, por um lado, à sua pequena escala de produção e, por outro lado, pela insuficiência do modelo tecnológico tradicional que adota. Ora, é sensato afirmar que esses dois fatores podem contribuir em diversos casos para que a renda agrícola familiar obtida seja menor do que a esperada pelos camponeses. No entanto, a proposta dominante de induzir os camponeses a adotarem o modelo de produção e tecnológico que os empresários capitalistas utilizam só favorece aos seus interesses de classe ao promoverem a integração dos camponeses nos circuitos financeiros.

Não há dúvida alguma de que a partir das iniciativas das empresas do agronegócio, da maior parte dos programas e políticas governamentais e de parcelas dos movimentos e organizações sociais populares no campo a sugestão da passagem político-ideológica de produtor rural familiar para camponês será obstruída, sobretudo porque ela poderá representar uma alternativa consistente de construção da unidade da diversidade dos produtores rurais familiares no Brasil, e com isso emergir a possibilidade desses produtores familiares se unirem politicamente como classe social.

Os produtores rurais familiares ao se assumirem político-ideologicamente como camponeses vão se tornando portadores de uma concepção de mundo (mesmo em construção) que se manifesta na sua práxis social como uma contraconsciência à aquela da ideologia burguesa, e que lhe proporcionará condições favoráveis não apenas de redefinirem e sustentarem novas formas de produção e tecnológica no campo como de realização de lutas sociais contra aqueles que lhe exploram e subjagam

--X--

[Q] Deixar os camponeses no Brasil ao sabor das conciliações negociadas de classe que as iniciativas corporativistas das suas instituições de mediações de interesses, dos programas governamentais de apoio à agricultura familiar e dos auxílios de caridade das organizações sociais tão somente lhes proporcionam, supostamente com a melhor das intenções, é dissipar as esperanças desses camponeses de se tornarem sujeitos sociais ativos na construção de uma contraconsciência à ideologia dominante que lhes permita, por uma

práxis social combativa como classe social, enfrentar aqueles que lhe exploram economicamente e lhes subordinam político-ideologicamente: os capitalistas do agronegócio e dos bancos.

---XXX---